

# Indígenas e quilombolas em situação de violência: como garantir direitos diferenciados?

Jane Felipe Beltrão

📍 Universidade Federal do Pará | Belém, PA, Brasil

✉ janebeltrao@gmail.com

---

## RESUMO

Na Amazônia e em especial no Pará, a reivindicação por reconhecimento de direitos é tarefa diuturna entre indígenas e quilombolas. Hoje, como no passado, os direitos continuam desrespeitados, apesar da agência que protagonistas indígenas e quilombolas empreendem. Entre as de violações de direitos, encontram-se as situações de violência enfrentadas por mulheres étnica e racialmente discriminadas e sujeitas a violências de gênero. Traz-se ao público situações nas quais as mulheres “pagam com o corpo” o fato de não se garantir direitos diferenciados.

---

## PALAVRAS-CHAVE

Indígenas,  
Quilombolas,  
Situações de violência,  
Direitos diferenciados.

### **PRESSUPOSTO DE VIOLAÇÕES QUOTIDIANAS E CONTÍNUAS<sup>1</sup>**

Na Amazônia e em especial no Pará, as manifestações de intolerância étnica e racial contra povos indígenas (Pacheco de Oliveira, 2014) e quilombolas são extremadas e se encontram disseminadas e enraizadas nas relações interétnicas estabelecidas, muitas das quais se voltam contra mulheres que se veem envolvidas em situações de violência que associam racismo à discriminação de gênero.

A constatação do fato é feita a partir de inúmeros registros históricos e depoimentos de protagonistas de eventos recentes, que me permitem afirmar que a reivindicação por reconhecimento de direitos é tarefa diuturna tanto por parte dos coletivos etnicamente diferenciados, como pelas mulheres que integram estes coletivos e que empreendem agências diversas para livrarem-se das situações de violência nas quais são enlaçadas, aprisionadas.

No passado, nenhum direito hoje em disputa foi reconhecido pelo invasor europeu e, no presente, o desrespeito continua a integrar o dia-a-dia de mulheres indígenas e quilombolas, desrespeito que se apresenta como graves violações que estão longe de se constituir em fato isolado, pois se repetem (Pacheco de Oliveira, 2014) e se encontram registradas na história de vida e na memória das vítimas e dos coletivos aos quais pertencem. Algumas destas situações fazem parte do conjunto das estratégias de dizimação e submissão de pessoas etnicamente diferenciadas que, de alguma forma, resultam em genocídio produzindo mortes entre os coletivos – tanto pelas correrias que os indígenas empreenderam para afastar o colonizador; como de negros em busca de livrar-se das “caçadas” empreendidas pelos capitães do mato. As persistências de tais práticas executadas com muito ardis e pouco subterfúgio, ao longo do tempo, têm o etnocídio como resultado.

A Colônia se foi, o Império chegou e também se foi. Veio a República e nada parece ter se alterado: cá estamos a discutir, via Antropologia, *direitos diferenciados* referentes a mulheres indígenas e quilombolas, alguns dos quais fundamentos de vida.

### **INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA LUTA POR DIREITOS**

Para tratar tema tão grave, usarei a palavra “luta”, enquanto categoria nativa que classifica e organiza as ações cotidianas e os difíceis enfrentamentos, que encobrem (1) a luta pela terra, enquanto território; (2) a requisição da pertença, quando esta foi negada pela homogeneização; (3) o combate à discriminação étnico-racial, sexual e de gênero – entre muitos outros problemas que podem ser considerados endêmicos entre indígenas e quilombolas e que, em alguns momentos, se assemelham a epidemias devastadoras que são afastadas apenas

**1** Conferência de encerramento proferida, em 22 de julho de 2015, por ocasião da V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião Norte e Nordeste de Antropologia (Abanne), com o tema: *Direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimento*, ocorrida em Maceió – Alagoas, de 19 a 22 de julho de 2015.

com dificuldade. A categoria “luta” ultrapassa o sentido de “etapa de guerra”, qualquer que seja ela, para tornar-se eterno combate que “arruína e corrói”.

Se combater o poder que a todos prende “nas malhadeiras” é difícil, para os povos tradicionais esta é uma tarefa tecida quotidianamente, no interior da floresta, da aldeia, do quilombo, da “baixada” (favelas e subúrbios) em áreas urbanas, enfim, onde existirem mulheres que, violadas pela dor física e moral, articulam-se em redes para promover: “empates” no interior dos seringais; retomadas de territórios usurpados; ocupações de terras improdutivas; marchas pelo campo, por “escola pra todos”, pelo “direito de morar”; e hoje, mais que ontem, pelo acesso a igualdade de gênero e eliminação de discriminações no mundo de inter-relações e articulações interétnicas.

## DE NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS

Articulo, no texto, as “narrativas de luta” de duas mulheres, uma indígenas e outra quilombola, cujas identidades e pertencças específicas resguardei para evitar revelações inconvenientes, considerando a relação de confiança estabelecida com as mesmas ao longo dos últimos 15 anos.

As histórias narradas apontam à condição de vítima, mas, sobretudo, indicam a postura adotada por Maíra<sup>2</sup> e Ananse<sup>3</sup> tanto contra os homens não-indígenas e não-quilombolas, como contra indígenas e quilombolas – muitas vezes seus parceiros de vida – que desrespeitam os direitos das mulheres.

A acidez do texto ao relatar os casos não é em vão, aqui tento informar o quão grave são as situações de violência racista e de gênero que atingem as mulheres pertencentes aos povos tradicionais. Confesso escolhi as interlocutoras e suas narrativas “com lupa de alta precisão” para chamar atenção para o “apagamento” proposital das queixas destas mulheres.<sup>4</sup> Procuo dar a conhecer verdades que, esmaecidas com/pelo/no tempo, sinto-me obrigada por razões éticas e políticas, como antropóloga, a “produzir”, no sentido de comunicar.

Sobre os perigos de violação Maíra, conta com parcimônia:

*Um dia fui limpar um “guarda bregueço” [objetos sem importância, quebrados e amontoados], tipo morada de rato. Quando comecei varrer, ouvi uma pezada [andar forte ou chute com os pés de forma pouco educada]: era um tal sobrinho dessa senhora [pessoa a quem Maíra foi entregue pela mãe para estudar] querendo me agarrar. [Na casa] só tinha uma porta de entrada e saída. “Me solta, me solta!”, falei como que eu fosse avistar alguém, “espera eu vou ver se não tem ninguém e fechar as portas”, pulei pra frente da casa gritando pedindo “socorro, socorro!”... Desci a escada, que só Deus pra me livrar... A madrinha chegou, eu pedi “pelo o amor de Deus, me leve pra minha casa”. Esse sujeito era acostumado*

**2** Maíra é denominação de entidade sobrenatural assexuada pertencente ao panteão Tupi. A escolha do nome da interlocutora considerou a importância dessa mulher indígena, que escreveu muitas cartas para contar sobre a sua “luta”, e pela presença marcante que possui em sua coletividade, atuando como articuladora e mediadora.

**3** Ananse é a metamorfose da deusa Aranã em aranha, que procede da cultura *fanthi-ashanti*, da região do Benin na África Ocidental, nome fictício da quilombola de quem empresto o relato, considerando que, como liderança, ela espalha sua teia para ampliar a “luta” e proteger pessoas da coletividade na qual se insere. Sobre o assunto, consultar Zélia Amador de Deus (2008).

**4** Os depoimentos apresentados foram obtidos a partir de conversas, às vezes despreziosas, que entabulei com as protagonistas em diversos momentos. As narrativas se repetem, como se as interlocutoras quisessem nos fazer compreender a “luta” por dentro. Em alguns casos, as situações são apresentadas e reforçadas em conversas, entretanto em duas oportunidades recebi relatos escritos, em carta e diário. No caso do diário, as filhas da interlocutora tentaram censurar as revelações. A senhora, habilmente, recolheu do lixo as folhas amareladas que foram subtraídas do caderno e me entregou o caderno e as folhas arrancadas, indicando os lugares da subtração.

*fazer este tipo de crime. Meses [depois], quando chegou outra senhora professora e diretora, mamãe disse “ela só vai se der o estudo pra ela”. Essa senhora via o meu trabalho nessa casa [onde esteve antes] e dizia “esta menina vai ser minha, madrinha!”. Eu ficava com raiva dela.*

Ao referir o passado Maíra é contundente ao indicar as dificuldades para estudar:

*Meus pais não puderam comprar caderno pra mim [no momento de ir à escola], só quando fizesse farinha pra vender. De repente, fiz um caderno de folha de papel que [vinha] embrulhado as compras. [Daí] disse: “mamãe eu vou estudar segunda-feira”, [e ela:] “você não tem caderno”, eu [respondi:] “já fiz, mamãe, das folhas do papel de compra, quando a senhora comprar [o caderno] eu passo a limpo”, [e] assim fui à escola. Os colegas ao ver meu caderno começaram a mangar, eu disfarçava: “esse caderno é de borrão, depois eu passo a limpo”, mal eles sabiam que eu não tinha, eles diziam: “manda teus pais comprar o caderno pra você”. [E eu dizia:] “tenho, mas pode pegar chuva, quando eu chegar em casa passo a limpo”. Os dias se passaram eu continuava com caderno de borrão, eles diziam: “traz o teu caderno pra mim pegar as aulas que eu perdi”, eu procurando uma estratégia pra dizer... Quando foi na outra semana disse: “você não sabem o que aconteceu, os meus irmãos rasgaram o caderno todo, eu bati neles e meus pais bateram em mim porque eles são criança, não sabem o que estão fazendo, mas se vocês quiserem eu passo pra vocês as aulas que perderam daqui do caderno borrão”.*

Maíra prossegue entrelaçando estudar a violar:

*Nessa casa [referia-se à mudança de família, após abusos sexuais], encontrei a felicidade, estudava não lavava. Todas as roupas novas das menina e as calcinha das meninas [eu ganhava]. Passava o ferro, tomava conta da casa. No dia de lavar e vasculhar, ela mandava outra moça me ajudar, depois eu já fazia sozinha. Me colocam pra estudar, já fazia a terceira série, ela [a senhora dona da casa] conversou com a minha professora [pra saber] se eu dava conta de fazer as provas [da quarta série]. A professora disse que como a média era nove e dez dava. Assim, ela me deu o livro da quarta série pra estudar em casa, e quando era dia de prova eu fazer, [a professora] dizia: “só se cale, faça só o que você souber, se consegui tirar sete e oito em cada prova faz terceira e quarta série num só ano”, uma felicidade e tal. Mas infelizmente a minha irmã inventou de casar, eu tive de vir embora, mas com muita conversa ela dobrou a mamãe, pro meu irmão não me carregar. Mas aí outra desgraça atrapalhou meus estudos. Um homem tentou me agarrar e daí fiquei paralisada, sabe como é...*

O relato de Maíra pode parecer único, mas, revirando os arquivos, encontrei muitas outras histórias que se repetem, mesmo que às vezes a referência seja mínima – por recato ou medo de revelar o agressor. Entre as quilombolas, a situação parece se repetir.

Conheci Ananse bastante alquebrada pelos revesses da vida em dia ensolarado em terras que seu coletivo lutava para titular como terras de remanescentes de quilombo. Nas diversas idas a campo nos tornamos “comadres” e, pelos laços do compadrio estabelecido, fui conhecendo sua história de vida. Tal é o nosso gosto pelas conversas “sem fim”, às vezes, quando eu chegava, ela me entregava documentos que denominava “cartas”, nos quais complementava nossas conversas. Como menina “morena” (negra) do interior do Pará, filha de pais submetidos a situação de vulnerabilidade, foi entregue à família do fazendeiro do lugar para ser “cria de casa”, com a promessa de estudar e ter um futuro melhor. Crianças do interior das colônias, circulando em sede de fazenda ou em casa de pessoas mais abastadas na capital, estavam e continuam sujeitas ao trabalho doméstico, no mais das vezes pesado e ilegal.

O caso de Ananse não foi diferente. Veio à sede da fazenda e de lá a levaram para capital. Menina nova, negra e longilínea, logo ganhou muitos olhos sobre si, olhos que iam do patrão aos seus filhos jovens e robustos que, nos anos 50 do século passado estavam em idade de iniciação sexual. No período, os filhos de fazendeiros eram levados aos bordéis da capital ou “serviam-se” das “crias” que circulavam em suas casas. Evidentemente, o “destino” de Ananse estava traçado. Foi tomada pelo fazendeiro e seus dois filhos e, ao ser descoberta pela mulher do fazendeiro, foi entregue a Dona Emerenciana, cafetã de um dos bordéis da Condor<sup>5</sup>, pois a mulher considerava “aquela negrinha” muito safada para estar em sua casa.

Ananse viveu no meretrício até quando “se entendeu por gente” – deixou de ser animal<sup>6</sup> – para voltar à sua terra de origem. Depois de muita procura, conseguiu encontrar a mãe que, mais velha, continuava a perguntar pela filha que entregara a terceiros na expectativa de futuro melhor – e sobre quem a mulher do fazendeiro, ao ser inquerida, informou que, mesmo sendo tratada com “papa fina”, a “cria” fugiu de sua casa e ninguém conseguiu encontrá-la, apesar da amizade que o fazendeiro tinha com o delegado de polícia na capital.

Ananse logo entendeu a trama, compreendeu que de nada adiantaria informar sobre maus tratos e violações, acabou trabalhando duro e conseguiu um companheiro não quilombola que acabou vivendo com ela.

A protagonista informa:

*Tive filhas mulheres e filhos homens, cuidei para que nada de mal lhes acontecesse, mas na hora de dar futuro melhor, faltou condições, no quilombo não tinha*

<sup>5</sup> Bairro boêmio da cidade de Belém – Pará.

<sup>6</sup> Expressão nativa para indicar o momento em que se acorda para situações adversas e se passa a combatê-las. Há inúmeras outras expressões, entre elas “quando desasnei” – deixei de ser asno – ou “quando desemburrei” – deixei de ser burro – todas muito repetidas, mas que remetem a um passado colonial.

*escola e... [com a voz embargada] Daí o pesadelo voltou, meu marido deu de vadiá com a bebida e eu... Deixei uma comadre levar minhas filhas pra cidade. Como no passado, as meninas tiveram a mesma sina, os criminosos agarraram uma de minhas filhas que ela ficou imprestável, foi uma curra, a senhora não sabe o que é receber uma filha assim... A outra terminou na Princesa Isabel [lugar de baixo meretrício em Belém].*

Desolada, parou de narrar os acontecimentos. De outra feita, me chamou e continuou a contar; disse ela:

*Lembra da história que garrei a contar outro dia, tenho que lhe contar o resultado. Ficamos eu e minhas filhas sem estudo, mas agora a minha menina, aquela... Terminou o Ensino Médio lá na sede... Ela me disse: “mãe, vou embora pra universidade... Volto para lutar contigo, não esmorece, vou ser advogada e vou registrar nossas terras”. Afe Dona!... Oxalá escutou minha evocação, eu ainda vou viver pra ver...*

A felicidade iluminou o rosto de Ananse e ela emendou: “agora os perigos vão ficar depois da cerca [referia-se à fronteira da fazenda]”.

Para além das violações de ordens e grandezas variadas, Ananse encontrou nos parceiros força para lutar pelas terras, que foram conquistadas pelos seus ancestrais – avós, mães, tias –, que resistiram à escravidão. Mas outro revés estava por vir.

Em outra oportunidade, Ananse relatou que:

*Marieta [filha de sua cunhada] teve uma das filhas de 10 anos estuprada por um primo, pessoa da comunidade, que fugiu. O pai da menina anda de tocaia e nós estamos com medo da desgraça maior [referia-se a possibilidade do criminoso ser morto pelo pai da menina]. Pode rolar outro crime, sabe... O Conselho [Tutelar] veio aqui e pegou as crianças, dizem que com ordem do juiz, não sei não... Em casa de fazendeiro eles não fazem isso. Por que nós? Eles dizem que o pai e a mãe não cuidam dos pequenos, mas nem se importaram em tratar a menina a quem o primo “faz mal” [violou]. Foi preciso a comunidade se juntar pra pagar um advogado e um médico na capital, pois minha filha ainda não pode ajudar. Ela ainda vai fazer a ufpa.*

## **DE DOR E SOFRIMENTO À AÇÃO**

No caso de Maíra, além da pertença negada, pois à época as indígenas não podiam se apresentar como tal, as dificuldades para estudar eram atravessadas

por toda sorte de violência. A luta à qual elas se referem significava – e ainda hoje se assiste – sair de casa, encontrar alguém que trocasse estudo por trabalho de criança. Na casa de aluguel, os supostos protetores praticavam com brandura a pedagogia da opressão, que corresponde a trabalhar, trabalhar e estudar um pouco. A aparência de cuidado se mostrava, inclusive, na insistência junto à mãe para que a criança permanecesse com a família, com a desculpa de continuar os estudos nos poucos intervalos de trabalho.

Na casa, a menina indígena era tomada para o trabalho, em processo semelhante ao sequestro das crianças levadas pelos missionários às escolas de morigeração, num passado colonial não muito distante. Aqui, temos a dispersão de crianças em casas de pessoas que se apresentavam como madrinhas ou parentes afins. No local de confinamento das crianças indígenas, elas ainda eram abusadas sexualmente pelos filhos da família de destino ou por pessoas que delas se aproximavam ou tomavam-nas de assalto.

Chamo atenção para o fato de que a urdidura da trama é feita por mulheres (avós, mães, irmãs) que confiam as filhas a outras mulheres (avós, mães, irmãs), que tomam as vezes de mulheres amigas, madrinhas, escondendo por vezes serem cafetãs que ofereciam as meninas virgens aos mercadores da prostituição. O fato me é relatado às escondidas, dada a vergonha moral que passavam, mesmo anos após os acontecimentos.

Os relatos que apresento são violentos, mas as protagonistas os consideram importantes, pois a duras penas conseguiram estudar um pouquinho – escrevem com dificuldade cartas e diários – e se livraram dos seus perseguidores, via casamento arranjado, ainda com um marido a quem têm de aturar mesmo “bebum” [alcólatra], fato que se constitui em outro infortúnio – mas sabem que é melhor assim, pois muitas de suas companheiras de geração foram parar em bordéis da região.

As mulheres, portanto, “lutam” desde criança. Talvez, uma mesma cadeia perigosa tenha produzido a forja, a trama para continuar a “luta”, agora, para serem reconhecidas como indígenas e quilombolas, para recuperarem as terras perdidas – mesmo que diminuídas pela invasão da cidade e das fazendas sobre seus território –, mas que jamais foram esquecidas, apesar do processo colonial que se dá sempre por relações assimétricas.

Suponho que as marcas inscritas no corpo de Maíra, mas talvez, também a experiência de felicidade experimentada mais recentemente a tornaram aguerrida e guerreira na defesa de seus interesses e de seu grupo doméstico.

Maíra é, hoje, grande articuladora política e à sua moda, sem sair de casa, traz as lideranças indígenas – mulheres e homens – a ela para discutir e decidir o que fazer. Talvez, se as circunstâncias não lhe tivessem sido tão adversas, e como recebeu o dom do aconselhamento e da visão privilegiada – com direito

à premonição –, creio que ela seria a xamã do *tempo bom*. No entanto, em *tempo difícil*, tornou-se articuladora-mor, talvez porque este seja o papel reservado aos xamãs de outrora.

Maíra prefere os bastidores, locais que são reservados, pelo aprendizado colonial, às mulheres – a cozinha. Especialmente em dias de festa, é de lá que, administrando o bem escasso da comida, controla a assembleia que corre livremente à frente do espaço que é reservado às mulheres que se supõe não empoderadas.

Ananse, por sua vez, líder guerreira segundo a tradição do *tempo bom*, fala o estritamente necessário, creio eu que sobretudo diante de estranhos. É recatada e espera em silêncio o desfecho das articulações que passam pelo seu arguto olhar e pelas vigas de sua casa. Ela se permite, altaneira, a consulta ou a visita dos demais membros do coletivo. É demandada para refletir e deferir sobre as práticas e decisões coletivas. Como liderança política e religiosa, Ananse é requisitada, como se árbitro fosse, para dirimir querelas e encaminhar demandas.

À sua maneira, empoderam-se e empoderaram suas descendentes para continuar a “luta”.

#### **UNINDO OS FIOS DA TRAMA**

Defino empoderamento como algo relativo à ação política de pessoas e grupos que se fortalecem em função da participação que, mesmo limitada, possibilita o esgarçamento e até o rompimento com as relações de opressão, discriminação e dominação social às quais são submetidas.

Assim, creio que as indígenas e quilombolas que contribuíram com suas narrativas a este texto são protagonistas de sua própria saga e, ao agirem, tentam com algum sucesso urdir a trama da rede que apanhará o produto que reivindicam: o direito à diversidade.

É importante destacar que a “luta” se faz via dor, sofrimento e desilusão pelos sonhos desfeitos, mas na “luta” se juntam os fios de outras utopias que mantêm o fogo aceso, pois não é possível esquecer direitos tão fundamentais à existência.

Muitos fios precisam ser urdidos, mas o intento do trabalho é sensibilizar os “outros” às questões referentes ao racismo e às discriminações de gênero que transformam mulheres em alvo de algozes que atacam, estupram, matam e não são punidos, pois, na visão da sociedade, somos mulheres e, como tal, racismo e violência integram o nosso cotidiano – poucos possuem sensibilidade para compreender o processo e agir pela restauração de direitos.

---

**Jane Felipe Beltrão** é mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UNB), doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e docente associada à Universidade Federal do Pará (UFPA), *campus* Belém. Pesquisadora do CNPq.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR DE DEUS, Zélia

2008 *Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade*. Belém, tese, Universidade Federal do Pará.

PACHECO DE OLIVEIRA, João

2014 “Metáforas naturalizantes e violência interétnica na Amazônia contemporânea: memórias do terror e instrumentos da etnografia”. In RODRIGUES, Lea Carvalho e SILVA, Isabelle Braz Peixoto da (orgs.), *Saberes locais, experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico*. Fortaleza: ABA publicações, pp.73-92.

#### FONTES DOCUMENTAIS

Arquivos dos seguintes projetos:

BELTRÃO, Jane Felipe

2010 *Corpo presente: representações de saúde entre quilombolas e políticas públicas*. Belém, UFPA, Chamada: Edital MCT/CNPq/MS-Sctie-Decit 26/2006. Processo n. 409794/2006-6. (Inédito)

2012 *Indígenas e quilombolas mulheres em situação de violência: diversidade sociocultural, Direitos Humanos e Políticas Públicas na Amazônia*. Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA n. 32/2012, processo n. 405039/2012-3. (Inédito)

2013 *Antropologias em histórias Tembé/Tenetehara “em suspenso”. Pertencas ocultas e “etnogêneses” identitárias como faces de etnocídio “cordial” no rio Guamá (PA)*. Edital: Universal 14/2013 - Faixa c – até R\$ 120.000,00. Processo n. 472303/2013-9. (Inédito)

2014 *Pertencas ocultas e “etnogêneses” identitárias como faces de etnocídio “cordial”. Antropologias & histórias “em suspenso” entre os Tembé/Tenetehara no Rio Guamá*. (Proposta associada à bolsa de produtividade em pesquisa (nível 1C) do CNPq). Processo n. 303027/2013-4/CNPq. (Inédito)

BELTRÃO, Jane Felipe; SCHAAN, Denise P. e SOUZA LIMA, Antonio Carlos  
2011 *Patrimônio, diversidade sociocultural, direitos humanos e políticas públicas na Amazônia contemporânea*. Chamada CT – Ação Transversal / Chamada Pública MCT/CNPq/MEC/CAPES - Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/ Procad, processo n. 552279/2011-O. (Inédito)

## Indigenous and *Quilombolas* Victims of Violence: How to Ensure Differentiated Rights?

---

### ABSTRACT

In the Amazon and especially in Pará the demand for recognition of rights is a daily task between indigenous and quilombolas persons. Today, as in the past, rights are still disrespected, despite the agency that indigenous and quilombolas protagonists undertake. Among the rights hardly respected there are situations of violence faced by ethnic and racially discriminated women, subjected to rape and gender violence. This article brings to the public situations in which women “pay with the body” for the failure to ensure differentiated rights.

---

### KEYWORDS

Indigenous,  
Quilombolas,  
Situations of Violence,  
Differentiated Rights

---

Recebido em junho de 2016. Aceito em agosto de 2016.